

Prefácio

Eduardo Prado, em seu clássico, *A Ilusão Americana*, de 1893, foi o grande crítico da República que há pouco havia se instaurado no Brasil e da sua subordinação aos Estados Unidos que, então, já estava clara. Logo nas primeiras páginas de seu livro ele afirma que já “é tempo de reagir contra a insanidade absoluta da confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxã”. Não havia fraternidade entre as nações, no lembrava ele. “A fraternidade americana é uma mentira”.

Não obstante a força dessas palavras, que valem tanto hoje quanto valiam no final do século XIX, eu me sinto às vezes desconfortável como meu próprio nacionalismo econômico, e com minha crítica à ação internacional dos Estados Unidos – o país líder do império ocidental, ou simplesmente do Ocidente, que reúne e expressa os interesses dos países ricos. Mas lendo o site de Luiz Eça sobre relações internacionais, *Olhar o Mundo*, vejo de forma muito concreta que não há razão para esse desconforto. Que meus interlocutores, aos quais parece exagerado esse nacionalismo na sociedade global, ainda não se desiludiram em relação aos Estados Unidos e à natureza das relações internacionais, e veem as relações entre os povos de uma maneira mais rósea do que a realidade permite.

O método de Luis de Eça para traduzir sua “desilusão” com os Estados Unidos – se é que durante algum tempo ele se deixou iludir –, para mostrar como as elites americanas adotam um nacionalismo

agressivo, rigorosamente imperial, em suas relações com os demais países, exceto aqueles de mesmo nível de desenvolvimento, é diferente do meu. Eu trabalho com teorias, Luis de Eça trabalha com fatos – fatos que dizem tudo por si só. Nas relações internacionais não fraternidade, há interesses e há poder. Como não há Estado, nem lei mundial, mas apenas tratados e o sistema das Nações Unidas, é o poder do mais forte que impera. Mas um poder que precisa ser sempre disfarçado, transformado no “interesse geral”, porque se não há Estado mundial, existem valores mundiais que estão bem definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

No passado, no tempo da diplomacia do equilíbrio de poderes, as inimizades se estabeleciam e as alianças se faziam entre os países ricos; hoje, depois da Segunda Guerra Mundial, os países ricos se tornaram aliados naturais – já não mais se ameaçam com guerras – e estão voltados para a exploração dos países mais pobres, para os países em desenvolvimento. Entre estes há uma distinção entre os inteiramente dependentes, como o México, o Egito, e tantos outros, os nacional-dependentes, como o Brasil e a Argentina, e os independentes, como a China, a Rússia e o Irã. Estes são o inimigos. Por que? Porque ameaçariam o Ocidente com a guerra? No tempo da Guerra Fria essa ilusão foi vitoriosa, mas hoje não faz qualquer sentido. Nenhum desses três países independentes está interessado em fazer a guerra nem mesmo a seus vizinhos, quanto mais às grandes potências do Ocidente. Ainda que essa seja a acusação, o pecado não é esse, mas o fato de que esses países são nacionalistas e não permitem a ocupação unilateral dos seus mercados internos pelo Ocidente, como fazem os países dependentes e também os nacional-dependentes.

Desde a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e das revoluções industriais ocorridas nos demais grandes países do Ocidente no século seguinte, esses países se tornaram poderosos no plano econômico e militar e seu projeto passou a ser a ocupação dos mercados internos dos povos da periferia. Isto foi feito, sempre que possível, através da sujeição desses povos

à condição de colônia. Mas quando isto não era possível, seja porque os países latino-americanos já haviam se tornado independentes de Espanha e Portugal, seja porque eram povos muito bem estruturados e relativamente poderosos para poderem ser transformados em colônia, como foi o caso da China e do Japão, bastava que esses países abrissem seus mercados para a ocupação unilateral do Ocidente. Para alcançar esse objetivo o Ocidente não precisou usar da força na América Latina, bastaram ameaças e intervenções pontuais; já na China e no Japão, a abertura de seus mercados foi feita pela Guerra do Ópio e a ameaça de bombardear Tóquio do esquadrão americana do Comodoro Perry.

A ocupação dos mercados internos é realizada através do comércio – da troca de bens e serviços de alto valor adicionado per capita por commodities –, das finanças – dos empréstimos a juros altos aos governos e empresas – e através das empresas multinacionais. A justificativa é sempre a mesma – que os países em desenvolvimento “precisam” dos capitais dos países ricos para se desenvolverem. Mas isto não é verdade historicamente; em raros momentos os países cresceram recorrendo aos déficits em conta-corrente (a chamada “poupança externa”), e também não é verdade teoricamente, primeiro, porque, como as entradas de capitais causam a sobreapreciação da taxa de câmbio, há uma alta taxa de substituição da poupança interna pela externa, e, segundo, porque os países que enfrentam o problema da doença holandesa só logram neutralizá-la e se industrializar se apresentam um superávit em conta-corrente. Já a relação entre os países ricos é diferente. Na medida que comércio, os financiamentos e os investimentos diretos são feitos nas duas direções, eles se anulam, apresentam saldo próximo de zero, de forma que não há ocupação unilateral do mercado interno de cada um. Já na relação entre o Ocidente e os países em desenvolvimento, não há a mesma reciprocidade.

Ao invés de trabalhar com essas teorias econômicas, Eça, que não é economista, pensa o problema em termos essencialmente políticos – em termos da lógica do poder que é condição para a exploração econômica. E mesmo no plano político ele não faz teorias, mas

nos apresenta, objetivamente, fatos. Fatos terríveis, que, neste livro, são todos relativos aos Estados Unidos. Para saber quais são esses fatos, basta consultar o índice e ler o artigo que tem o nome do livro, “A desilusão americana”. É uma espécie de avaliação do presidente Barack Obama – um homem que tem muito poder, mas, afinal, poder pequeno, porque está cercado pela “comunidade da segurança nacional”, pelos lobbies e pelo Congresso que é também vítima dos lobbies e da “comunidade”. Sua grande realização até agora foi interna, o Obamacare. No plano interno, o governo Obama continua colocando a segurança acima dos direitos individuais, como fez o governo Bush, sob o pretexto de proteger o país na guerra contra o Terror. Apesar de Obama ter prometido fechar Guantánamo em 1 ano, a prisão continua aberta, mais de 5 anos depois. O presidente assinou ordem executiva, condenando 46 detentos a permanecerem presos indefinidamente, sem direito a julgamento. Mas Obama fez algo talvez pior. Assinou projeto do Congresso tornando lei o poder do presidente de prender suspeitos de ajudar o terrorismo, sem direito a julgamento e sem prazo para sua detenção. Ora, como observa Eça em um raro comentário, “desde a Magna Carta, imposta pelos ingleses ao rei João Sem Terra, na Idade Média, no direito de nenhum país civilizado alguém pode ser encarcerado, sem condenação por um julgamento legal”.

Mas, continua Eça, Obama marcou um gol contra seu antecessor ao proibir as *renditions* do programa Bush, no qual a CIA seqüestrava suspeitos no estrangeiro e os levava por avião a outros países onde poderiam ser interrogados e torturados, sem problemas. As ações violentas nas guerras do Iraque e do Afeganistão, foram denunciadas pelo soldado Bradley Manning que passou documentos para o Wikileaks. Apesar de ter prometido ser o governo mais transparente da história americana, Obama mandou prender Manning. Ele passou 11 meses sob custódia em condições que a ONU classificou como tortura. No processo, o governo o enquadrado no *Espionage Act*, criado em 1917 para punir espões durante a primeira Grande Guerra. E Manning acabou sofrendo uma pesada pena de prisão. Até agora, informa Eça,

o *Espionage Act* foi aplicado 9 vezes – 6 somente por Obama, para processar jornalistas e funcionários que revelaram podres do governo. O caso de Edward Snowden é semelhante. Ele denunciou esse programa desleal e violador da privacidade das pessoas e governos, está sendo perseguido pelo governo americano. Que exige que a Rússia o entregue aos EUA para ser processado e pressiona os demais países para não **l**he darem asilo.

Na política internacional, fez o mesmo, ao defender os interesses **d**e Israel (especialmente) e do complexo industrial-militar. Quem os representa são os parlamentares, especialmente republicanos, fortemente **i**nfluenciados pelos *lobbies* pró-Israel e pró-guerra, em geral unidos.

Obama alega que acabou com as guerras do Iraque e do Afeganistão, mas Eça discorda. Obama fez o possível para que 10 a 20 mil soldados ficassem para treinar os soldados iraquianos, conter a oposição e manter o governo de Bagdá na linha. Longe das seduções do vizinho Irã. Como o governo do Iraque não topou, o exército americano teve **d**e sair. Obama também determinou a partida das tropas do Afeganistão para fins de 2014. Mas ele deseja que seja apenas parcial, permanecendo cerca de 10 mil até 2024, e o presidente afegão Hamid Karsai recusa-se a assinar o acordo de retirada parcial. Quer todo o exército americano fora. Não há espírito de paz em Obama, continua Eça. Ele espalhou forças militares americanas em 134 nações de todo o mundo, enquanto o intervencionista Bush se satisfiz com 64. Obama **t**inuou o lançamento de drones para matar talibãs, mas superou seu **"mestre"** – enquanto Bush promovia 1 ataque de drones cada 4 meses, **O**abama foi muito além : 1 ataque cada 4 dias. E morrem muitos civis nesses ataques. Entre 300 e 900, para Robert Fisk (o mais respeitado **c**orrespondente no Oriente Médio). 957, para a Comissão de Direitos Humanos do Paquistão – até 2011. É verdade que a partir de 2013, **O**abama diminuiu o número dos vôos da morte e tomou precauções **p**ara que fossem menos letais para civis incautos. Mas, entusiasmado **c**om os drones (mataram mais de 2.400 suspeitos), Obama ordenou **q**ue passassem a incluir o Iêmen, a Somália e o Afeganistão nos países

“contemplados” por seus ataques. Por tudo isso e muito mais, que Eça descreve de maneira implacável, conclui ele que a ninguém espantou recente pesquisa no país em que 74% do povo do Paquistão (um país “amigo” ou dependente) classificou os EUA como inimigo, considerando Bush e Obama como “a mesma coisa.”

Mas aconselho os leitores a não ler apenas esse grande capítulo. E muito menos se contentarem com o primeiro, “A vida imita o Cinema”, também instigante. Nesse artigo Luiz Eça começa falando sobre o filme *Wag the dog* (*Mera Coincidência*, em português), no qual o ator Dustin Hoffman interpreta um produtor de cinema que inventa uma guerra dos EUA contra terroristas albaneses para desviar a atenção dos problemas que o presidente Clinton enfrentava internamente. Na realidade, esse presidente determinou o bombardeamento de uma fábrica na Etiópia, que estaria produzindo perigosos agentes químicos para a al Qaeda, mas depois se verificou que se tratava de uma fábrica de aspirinas. Alguns jornais publicaram então uma foto de um etíope com um cartaz, “wag the dog” – não foi o cachorro que abanou o rabo, mas o inverso. Eça aplica esta lógica ao problema da Síria. No ano passado, o Congresso e Hillary Clinton pressionaram o presidente Obama que atacasse a Síria, com o argumento de seu governo usara o gás Sarin contra os rebeldes. Obama resistiu porque estava ficando mais claro que infiltrados nos rebeldes estavam milícias islamitas associadas a seu arqui-inimigo – a Al-Qaeda.

Este, como todos os artigos desta breve coletânea são ao mesmo tempo objetivos e implacáveis. As elites americanas gostam de chamar seu país de o “*Hegemon benevolente*”. Não há benevolência alguma nos Estados Unidos ou no Ocidente. Há, sim, dominação. Mas isto é compatível com democracia? Parece que sim, a não ser que comecemos a duvidar se existe ainda democracia nos Estados Unidos, o que não é despropositado. Para que haja minimamente democracia em um país é necessário que haja o respeito aos direitos civis e o sufrágio universal. A segunda condição está presente, mas a primeira, aquela que define o liberalismo político, parece cada vez mais distante.

Além disso, será que o sufrágio universal significa alguma coisa em um país no qual o custo das campanhas eleitorais assume dimensões estratosféricas? Ou, mais amplamente, será que a democracia é mesmo um valor universal quando ela se transformou, nas mãos do Estados Unidos em justificativa para intervenções militares nos países em desenvolvimento desde a criação pelo Congresso americano do National Endowment for Democracy durante o governo Reagan? Por certo, não é essa a democracia que é, sim, um valor universal.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Abril de 2014.